



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Azevêdo, Ariston; Ovenhausen Albernaz, Renata
A REDUÇÃO SOCIOLOGICA EM STATUS NASCENDI: OS ESTUDOS LITERÁRIOS DE
GUERREIRO RAMOS PUBLICADOS NA REVISTA CULTURA POLÍTICA
Organizações & Sociedade, vol. 17, núm. 52, enero-marzo, 2010, pp. 47-68
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638312004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A REDUÇÃO SOCIOLOGICA EM *STATUS NASCENDI*: OS ESTUDOS LITERÁRIOS DE GUERREIRO RAMOS PUBLICADOS NA REVISTA *CULTURA POLÍTICA*

Ariston Azevêdo*
Renata Ovenhausen Albernaz**

Resumo



presente trabalho procura destacar, da produção intelectual do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, um conjunto de sete ensaios sobre Literatura Brasileira que foram escritos no início dos anos 1940 e publicados na revista estadonovista *Cultura Política*. Partindo do pressuposto de vinculação entre o desenvolvimento literário e a identidade nacional, em que a finalidade política da literatura é enfatizada, esses ensaios guardam a linha mestra de um livro que o autor pretendia escrever sobre a formação da literatura nacional, mas que não chegou a realizá-lo. Com o resgate desses ensaios pretende-se: (1) inserir Guerreiro Ramos na vertente sociológica da literatura brasileira, cujo maior expoente e inaugurador foi Silvio Romero; (2) vislumbrá-lo no contexto do projeto nacionalista preconizado pelo Estado Novo; e, mais importante, (3) alcançar a noção de redução sociológica em seu estado nascente no pensamento do autor.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos. Redução sociológica. Estado Novo. Revista Cultura Política.

Sociological Reduction in *status nascendi*: Ramos' essays on literature
published in the review *Cultura Política*

Abstract



This paper highlights a collection of seven essays on Brazilian Literature, written in the early 1940s and published in the Estado Novo review *Cultura Política*, as part of the intellectual production of the sociologist Alberto Guerreiro Ramos. Starting from the assumption of a link between the development of literature and of a national identity in which the political purpose is emphasized, these essays reflect the main theme of a book that the author intended to write but did not complete on the formation of a national literature. Through an examination of these essays this paper attempts (1) to insert Guerreiro Ramos in the sociological study of Brazilian literature, whose major exponent and founder was Silvio Romero (2) to view Guerreiro Ramos in the context of the nationalist project advocated by the Novo Estado, and most importantly (3) to understand the notion of sociological reduction in its early state in the thinking of the author.

Keywords: Guerreiro Ramos. Sociological reduction. Estado Novo. Revista Cultura Política.

*Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo - PMDA/UP e da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - EA/UFRGS. Endereço: Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 - Prédio da Biblioteca. Curitiba/PR. CEP: 81280-330. E-mail: ariston_azevedo@terra.com.br

**Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: renata_albernaz@terra.com.br

Ao professor Paulo Sérgio Grave, nosso mestre

Introdução

Entre nós, ainda é pouco conhecido o fato de Guerreiro Ramos ter iniciado sua carreira como poeta e crítico literário nos anos 30, em Salvador. Foi movido pelo desejo de dar continuidade à sua veia literária que decidiu, em 1939, aos 23 anos de idade, deixar a Bahia e seguir para a capital do país, Rio de Janeiro, onde ingressou na primeira turma do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), na então Universidade do Brasil. Enquanto estudante de ciências sociais, nunca omitiu de seus colegas e professores que suas principais preocupações eram mais literárias e poéticas do que sociológicas. Suas leituras e escritos da época denunciam fortemente este interesse. De 1940 a 1945, por exemplo, aprofundou suas leituras sobre Platão, Rilke, Hölderlin, Novallis e tantos outros; escreveu sobre o poeta alemão Rainer Maria Rilke, sobre a filosofia de Nicolas Berdyaev e, ainda, produziu um livro de poesias que se intitulava *A nostalgia do paraíso perdido*. Também expressou o desejo de escrever um volume sobre a história literária brasileira, cujo título seria "A formação da literatura nacional", mas que, como tantos outros livros pensados e desejados por ele, não chegou a ser escrito. Atingido por uma forte crise existencial, declinou do desejo de seguir a carreira de poeta.¹

Muito embora tenha fracassado em sua tentativa de tornar-se poeta, o fato é que seu pensamento sociológico é, em muito, devedor de seus estudos filosóficos e poéticos. De particular importância para a sua abordagem sociológica, foram seus estudos literários, que convertidos em ensaios, foram publicados em 1941, na revista *Cultura Política*, esta que foi, destacadamente, um dos principais veículos midiáticos que se valeu o Estado Novo para expressar a ideologia ditatorial do governo de Getúlio Vargas. Nesse conjunto de sete ensaios, estaria a linha mestra de um livro que Guerreiro Ramos pretendia escrever sobre a formação da literatura nacional, toda ela baseada no pressuposto de vinculação entre desenvolvimento literário e identidade nacional, em que a finalidade política da literatura é enfatizada. Tal fato é fundamental para os fins deste texto, pois nos permitirá: (1) inserir Guerreiro Ramos na vertente sociológica da literatura brasileira, cujo maior expoente e inaugurador foi Silvio Romero; (2) vislumbrá-lo no contexto do projeto nacionalista preconizado pelo Estado Novo; e, mais importante, (3) alcançar a noção de redução sociológica em seu estado nascente no pensamento do autor. É exatamente o que se tenta fazer nas seções seguintes.

Literatura e Identidade Nacional

Muitos foram os esforços na busca da definição do que se poderia entender por literatura brasileira. Em geral, os críticos e os escritores da primeira metade dos oitocentos perguntavam: O que seria uma literatura nacional? Quais as suas características? Como se deveria proceder para produzir literatura de caráter efetivamente nacional? Como nacionalizar ou tornar nacional a literatura aqui produzida? Haveria, porventura, uma estética genuinamente brasileira? Do ponto de vista da periodização, as questões norteadoras eram as seguintes: Quando teve início a literatura brasileira? Quais os textos divisores de águas entre a literatura nacional e a literatura geradora?

Todas essas e outras perguntas fomentaram a discussão literária no país e, deste modo, contribuíram, como bem assinalou Afrânio Coutinho (2002a), para o estabelecimento de algumas "teses centrais da doutrina literária romântica no

¹ Noturno n. 1 (GUERREIRO RAMOS, 1945), *O processo artístico de Rilke* (G.R., 1946a), *Como nasceram as Elegias de Duino* (G.R., 1946b), *Reflexões sobre o homem dormindo* (G.R., 1946c) e *Notas sociológicas sobre a arte moderna* (G.R. 1946d) estão entre os últimos textos que escreveu, antes de enveredar pela carreira de sociólogo e de ser tomado pelo desejo de elaborar uma teoria da realidade brasileira.

Brasil". Uma dessas teses teve origem na acusação, levada a efeito por Almeida Garrett² em seu *Parnaso lusitano* (1826), de que a falta de originalidade, expressão e estilo próprio nas obras literárias brasileiras eram consequências, por um lado, da pouca atenção até então dispensada por nossos literatos e poetas à natureza – ícone maior da singularidade nacional ao qual poderiam recorrer, e, por outro lado, da educação européia por eles recebida, o que, segundo o crítico, teria apagado-lhes "o espírito nacional" (COUTINHO, 2002a, p. 323).

Para justificar seu apelo à autonomia intelectual de nossos escritores e à incorporação das *cores locais do país* na literatura, Garrett partia do pressuposto de que o "espírito nacional se confundia com a Natureza", o que implicava na afirmativa de que determinada literatura somente poderia ser dita nacional a partir do momento em que a natureza, a paisagem e outros característicos naturais fossem a ela incorporados. A tese garrettiana obteve repercussões profundas entre críticos e criadores literários locais, que, via de regra, passaram a "defender a necessidade de incorporar a natureza exterior brasileira à criação literária em ordem a torná-la genuinamente brasileira" (COUTINHO, 2002a, p. 323).³

Tão importante quanto o *Parnaso lusitano* foi o livro de Ferdinand Dennis, *Resumo da história literária do Brasil*, também de 1826. Tal qual Garrett, Denis destacou a natureza como um dos índices capaz de conferir nacionalidade à literatura, mas a ela acrescentou os costumes, as crenças, a religião e o povo (índio). Na avaliação de João Weber (1997, p. 35), no *Resumo...* encontra-se "o ideário fundamental em que se baseou a crítica e a historiografia românticas para questionar e atestar a nacionalidade literária das produções poéticas de autores brasileiros" – a natureza e o indígena –, assim como as presenças daqueles que viriam a se tornar, nas penas dos críticos, poetas e literatos oitocentistas, os "grandes temas" do período romântico, tais como o foram a linguagem, as influências estrangeiras, a imitação e o problema dos nossos marcos literários, ou seja, da periodização.

Mas a natureza e o indígena, apenas, não garantiram a nacionalidade da literatura. Foi o que apontou Domingos José Gonçalves de Magalhães em seu famoso *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, de 1836. Para ele, além de destacar o "céu da pátria" (natureza) e o índio, a identidade literária se definia com um elemento de caráter quase místico: o "gênio criador do poeta". Para além da controvérsia que este último elemento causou entre críticos e literatos, o certo é que, de todos os identificadores elencados, o indianismo foi, de longe, o característico para o qual apontava a maioria dos argumentos que visavam defender a existência de uma literatura genuinamente brasileira. No índio, o romantismo encontrou a substância que poderia "dar expressão literária à nacionalidade e à originalidade da literatura brasileira", transformando-o, portanto, no índice de "realização legítima" da literatura nacional, cujos reflexos viriam atingir alguns "movimentos centrífugos", tais como o regionalismo, o caboclismo e o sertanismo, mas também movimentos literários mais densos, como no caso do próprio Modernismo (COUTINHO, 2002a, p. 330, 331).⁴ No balanço que fizeram Coutinho (2002a) e

² O português João Batista da Silva Leitão, posteriormente Visconde de Almeida Garrett, nasceu na cidade do Porto, em 1799. Autor de vasta obra, Almeida Garrett possui um papel fundamental na literatura portuguesa do século dos oitocentos, sendo freqüentemente apontado como um dos maiores escritores do romantismo lusitano.

³ Vale destacar, no entanto, que a reprodução, ou melhor dizendo, a incorporação da natureza à literatura já se fazia sentir, no Brasil, desde o Arcadismo. O que diferenciou essa incorporação romântica da árcade foi exatamente o fato de que os românticos a fizeram obedecendo a "um impulso consciente e coletivo, sob a égide do nacionalismo, agora exacerbado, contra Portugal, em favor da autonomia literária e lingüística." (COUTINHO, 2002b, p. 324)

⁴ Tecendo críticas ao indianismo dos românticos, Zilá Bernd, ao tratar da relação entre literatura e identidade nacional, atenta para o fato de que o romantismo, no afã de conferir à nossa literatura o "caráter" de nacionalidade, além de ter excluído a "voz" do índio desse processo de criação da identidade (literária) nacional, incorporou uma "imagem inventada do índio", imagem essa que "melhor correspondia à edificação do projeto nacional" (BERND, 2003, p. 20) (grifos no original). Em outra perspectiva crítica, João Weber deu realce ao tratamento que o negro recebeu por parte dos românticos. Segundo ele, Ferdinand Denis foi uma exceção no destaque do negro como um "elemento constitutivo da nacionalidade", haja vista que, como regra, o negro foi "ignorado" pelos historiadores literários do Romantismo, pois que foi "mantido nas sombras da consciência ideológica da 'Nação'" (WEBER, 1997, p. 38).

Candido (1993) do período romântico da crítica brasileira, perceberam eles que houve um esforço coletivo com o intuito de instituir elementos substanciais que pudessem fundar e fundamentar uma literatura nacional.

Assim, na busca pelo caráter brasileiro da literatura aqui produzida, pelo espírito literário nacional, os românticos lutaram, incessantemente, pela afirmação do povo brasileiro e pela declaração de nossa independência literária. Nestes termos, elegeram a natureza, o índio, os costumes, o meio, a língua e a originalidade dos escritores como baluartes desse processo de identidade literária. Tais índices não somente serviriam como comprovação da “nacionalidade literária”, mas também “compunham um quadro de referências para se pensar a própria nação, ou *imaginá-la*, ou, em última instância, *inventá-la*, para além, inclusive, da simples existência formal do estado nacional” (WEBER, 1997, p. 36). (destaques no original)

A principal crítica que os realistas fizeram aos românticos, porém, foi quanto ao fato de o projeto de nacionalização literária não ter sido, ainda, concretizado, tal como muitos deles pensaram. Machado de Assis foi atento ao embrionário movimento nacionalista que o romantismo legou, sobre ele redigindo o já consagrado texto de 1873, *Literatura brasileira – instinto de nacionalidade*, onde teceu elogios a essa “outra independência” que se estava a conquistar por aqui, embora tenha advertido quanto ao fato de a “fisionomia própria” que se queria conferir “ao pensamento [literatura] nacional” não deveria ser estabelecida “num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura” (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 129). Além do mais, tal empreitada não seria, em sua opinião, “obra de uma geração nem de duas”, pois que ele acreditava que muitas gerações ainda haveria de trabalhar, até que a independência literária brasileira fosse, de todo, concretizada (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 129,130).

O autor de *Dom Casmuro* percebia um certo “instinto de nacionalidade” entranhado no “sentimento íntimo” dos escritores da “nova geração” (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 135, 180, 244) da segunda metade do século XIX. Disse ele:

Sente-se aquêle instinto até nas manifestações da opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 130).

O fato de qualificar o “instinto de nacionalidade” como sendo o “primeiro traço” de nossa literatura, significava exatamente que esta, até aquela altura, ainda não poderia ser dita, de fato, em sua opinião, “literatura brasileira”, pois, para Machado de Assis, não se podia dar título de nacional a uma literatura sómente porque nela se enfocam aspectos locais. Nada mais “errônea” do que uma apreciação desse tipo. “Não há dúvida”, disse o escritor, “que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região” (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 134); mas uma literatura nacional não se deve deixar guiar pelo exclusivismo do local. Em verdade, “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo *sentimento íntimo*, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 135) (grifos nossos) De igual modo, não se deveria dizer que um poeta é nacional somente devido ao fato de este inserir em seus versos “muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais” (MACHADO de ASSIS, 1946, p. 144) Ou seja, o autor evita o exclusivismo que os românticos depositavam na natureza e no índio, para destacar um outro aspecto fundamental para a construção de uma literatura nacional, qual seja, o sentimento íntimo de pertença a uma coletividade nacional e universal, sentimento este que o escritor comporta em si e faz expressar em sua obra.

Ora, a noção de “sentimento íntimo” machadiana, cuja origem pode ser localizada em Santiago Nunes Ribeiro, teria reflexos na propositura metodológica

de Silvio Romero⁵; para o estudo da literatura brasileira. Criticando a insistência dos nativistas, dos românticos e dos regionalistas em firmar a nacionalidade literária sob os índices anteriormente destacados, os quais correspondiam mais a aspectos “particulares”, “isolados”, pois não abrangiam “tôda a galeria pátria”, o escritor sergipano defendeu haver

Um **espírito geral** que os comprehende, que os domina; é o **espírito popular, subjetivo à nação**, que não se pode fabricar, que deve ser espontâneo. O caráter nacional não está em se falar de *maracás*, e *tangapemas*, tampouco está em se lembrar o *xiba*, o *bumba-meу-boi*, o *samba*, etc. Deve estar no **sentimento original**, no sentir especial do brasileiro.

O nacionalismo não há de, pois, ser uma tese objetiva de literatura, a caçada de um título; deve-se antes estudar o nosso povo atual em suas origens, em suas produções anônimas, definindo a sua intimidade emocional, a sua visualidade artística.

Deve-se proceder ao estudo de nossa poesia e crenças populares, com a convicção do valor dessa contribuição etnológica, dêsse subsídio anônimo para a compreensão do **espírito da nação** (ROMERO, 1960, p. 148). (em negrito, destaque nossos)

Neste sentido, Silvio Romero foi, de longe, entre nós, um dos mais destacados intelectuais que se propuseram a abordar a história literária sob o ponto de vista do pragmatismo crítico.⁶ Concordante com essa posição estava a sua concepção do que viria a ser um escritor verdadeiramente brasileiro: antes de tudo, escreve ele, aqueles que “viveram na consciência da pátria”, que foram a ela ligados em corpo e em alma, seja porque “beberam no berço esse *quid* indefinível que imprime o cunho nacional” – os escritores nascidos no Brasil - ou porque foram “transformados ao meio americano, viveram dele e para ele”, em suma, tiveram uma vida brasileira e dedicada para os brasileiros – os escritores que, originários de outros países, para cá se transferiram (ROMERO, 1960, p. 55-56).

Apesar da diferença entre Machado de Assis e Silvio Romero, ambos, ao destacarem o alvorecer da identidade da literatura brasileira, apontavam para o influxo de idéias estrangeiras, para aquela “imitação mecânica e esterilizante” que Ferdinand Denis havia denunciado (*apud* MARTINS, 2002, p. 78), o que denotava, para eles, a ausência da tonalidade nacional em algumas frentes literárias. Machado de Assis (1946, p. 145) foi enfático quando da análise do que no Brasil se produzia em termos de teatro: “não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa.” Silvio Romero, de maneira mais incisiva, censurou o próprio espírito do povo brasileiro:

A vida espiritual brasileira é pobre e mesquinha [...]. À força de desprezarmos a corrente de nossa própria história e pormo-nos fora do curso das idéias livres, eis-nos chegados ao ponto de não passarmos de ínfimos glossadores das vulgaridades lusas e francesas; eis-nos dando o espetáculo de um povo que não pensa e produz por si (ROMERO, 1978, p. 4).

Criticou, ainda, a ausência de uma “forma própria” na nação brasileira, pois lhe faltava uma “individualidade característica”, seja “política”, seja “intelectual”. Consequente com esse pensamento, a nossa literatura era, para ele, “incolor”, feita de empréstimo, imitativamente, “às vezes em segunda ou terceira mão” (ROMERO, 1960, p. 145). Aliás, não somente a literatura brasileira, mas a de toda a América vinha, segundo o sergipano, constituindo-se por meio de “um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente” (ROMERO, 1960, p. 59).

⁵ É bom lembrar que Silvio Romero viria a ser incorporado pelo próprio Guerreiro Ramos na tradição do pragmatismo crítico do pensamento social brasileiro. Pragmáticos críticos seriam os intelectuais que, comprometidos com a questão nacional, exerciam uma atitude crítico-assimilativa frente ao saber sociológico exterior, a fim de elaborar um conhecimento mais adequado à realidade brasileira, sempre com a finalidade pragmática. Sua antítese seriam os hipercorretos, que se caracterizavam por “atribuir a idéias e teorias importadas eficácia direta na configuração de comportamentos sociais, assim negligenciando os seus condicionamentos contextuais.” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 533)

⁶ Vide nota anterior.

É unânime a idéia de que Silvio Romero imprimiu à crítica literária uma nova abordagem literária – a científica -, inaugurando a tradição sociológica em nossa historiografia e distanciando-se, nestes termos, de seus antecessores. Weber é um dos autores que chama a atenção a este ponto:

[...] se Silvio Romero, no rastro do positivismo determinista do fim do século, vê a literatura como manifestações de fatores “extraliterários”, como diria alguém, e coloca, no centro de sua pesquisa literária, a questão da expressão nacional, há, aí, um diferencial bastante claro em relação aos seus predecessores. O método, afinal, permite-lhe conferir uma objetividade de outra ordem à questão nacional: para Sílvio Romero, não se trata, mais, de detectar esparsos *índices* da nacionalidade, à moda dos românticos, ou de perceber o “*sentimento íntimo*” à maneira de Machado, e, sim, de tentar explicar [...] a nacionalidade literária com base nos fatores objetivos que, a seu ver, formaram a nação... (WEBER, 1997, p. 72) (destaques no original).

De fato, tem razão Weber, pois a História da literatura brasileira de Silvio Romero foi, ao mesmo tempo, uma história que procurava identificar, pela literatura, e de maneira objetiva, o tipo humano que era o brasileiro e o caráter nacional. Neste sentido, disse:

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextária em que predomina a mestiçagem. *Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias*. Os operários dêste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira (ROMERO, 1960, p. 53-54) (destaques no original).

Foi em razão disso que Weber afirmou ser a *História...*, de Silvio Romero, a “história da miscigenação literariamente representada” (WEBER, 1997, p. 72; grifos no original), haja vista que, baseado em Hipólito Taine, Darwin, Spencer e muitos outros, Romero somente considerou como literatura “nacional”, ou “brasileira”, aquela que exprimisse e corroborasse o processo sócio-cultural que levou à constituição desse tipo humano criado pela miscigenação – o brasileiro. Em consonância com esse pressuposto, Romero elaborou o seu critério de nacionalidade literária, passando então este a “ordenar o corpus literário, imprimindo-lhe uma determinada lógica – o arrolamento das obras em função do processo de diferenciação nacional –, como, também, a servir de fator de seleção e de valoração de obras e autores” (WEBER, 1997, p. 70-71).

Esse modo de narrar a nossa história literária, ou seja, vinculando-a à formação da identidade nacional, tendo dominado entre os críticos modernistas⁷, alcançaria forte caráter ideológico durante o Estado Novo, que articulou um grande contingente de intelectuais de diversas vertentes (católicos, modernistas, socialistas, integralistas e outros), para formular e disseminar um sistema doutrinário com o intuito de legitimá-lo enquanto regime político (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982; GOMES, 2000; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000; BOMENY, 2001). É na revista *Cultura Política* que melhor podemos capturar o sentido da redefinição literária que o regime estado-novista propunha.⁸

⁷ Sobre a continuidade que a primeira geração modernista deu à crítica sociológica inaugurada por Silvio Romero, Afrânio Coutinho afirmou o seguinte: “Continuando coletivamente, sem o saber, a obra essencial de Sílvio Romero, a primeira geração modernista fará do nacionalismo, em suas variadas manifestações, a pedra de toque da qualidade literária. Os nomes escolhidos para as suas diversas correntes, as principais críticas contra os “passadistas”, o esforço de criação de uma “língua brasileira”, o extraordinário impulso dado aos “estudos nacionais”, bastariam para demonstrá-lo” (COUTINHO, 2001, p. 599-600) (destaques no original).

⁸ Com o intuito de difundir a sua doutrina, o Estado Novo fez uso de meios impressos e radiofônicos. Sobre a utilização desses últimos, por parte do regime político estado-novista, consultar Capelato (1999) e Jambeiro et al (2003). Especificamente sobre a revista *Cultura Política*, indica-se: Figueiredo (1969), Velloso (1982), Rodrigues (1983), Dagnino (1985), Gomes (1999), Bastos (2003), Codato & Guandalini Jr. (2003) e Losso (2006).

Nação e Literatura na Revista Cultura Política

A revista *Cultura Política* foi uma criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este departamento foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas, em 27 de dezembro de 1939, no momento em que o Estado Novo procurava ampliar ainda mais a sua capacidade de intervenção no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Gozando de maior grau de autonomia e abrangência do que os outros órgãos que o precederam – na ordem: Departamento Oficial de Publicidade (DOP), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e Departamento Nacional de Propaganda (DNP) –, o DIP era vinculado diretamente à Presidência da República e esteve sob a direção do jornalista sergipano Lourival Fontes⁹, desde sua criação até 1945, ano em que foi extinto. A sua finalidade principal era a difusão da ideologia do Estado-Novo e a promoção pessoal e política do Chefe da Nação, além da divulgação das realizações governamentais (BELOCH; ABREU, 1984, p. 1.830).¹⁰ Também era seu dever combater a todas as investidas propagandistas que os opositores a Getúlio Vargas e ao seu regime de governo procuravam por em execução, o que caracteriza a função repressora que o órgão exerceu durante o Estado Novo.

No dia 4 de setembro de 1940, o Presidente da República baixou um decreto que ampliava consideravelmente o poder do DIP, permitindo-lhe, entre outras coisas, a criação, em todos os estados do país, de um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) – os DEIPs, que na mesma direção do órgão central, “promoviam suas próprias edições de livros e exerciam a censura local” (BELOCH; ABREU, 1984, p. 2.262) Estruturado em cinco divisões (Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa), o DIP produzia livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc. Tudo isso, é óbvio, com o objetivo claro de, cada vez mais, legitimar o Estado Novo e, consequentemente, conquistar o apoio da população às políticas implementadas pelo Chefe do Estado. Dentre as diversas publicações lançadas pelo DIP estavam as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, as quais, operando como instrumentos de criação e divulgação doutrinária, faziam parte do bem articulado projeto político ideológico do Estado Novo (VELLOSO, 1982; ESPÍNDOLA, 1988).¹¹

Sob a direção de Almir de Andrade¹², a revista *Cultura Política*¹³, assumindo-se como totalitária no que se refere ao tratamento dos assuntos e dos problemas

⁹ Sobre Lourival Fontes, consultar, além do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Oliveira (2001) e Lopes (1999).

¹⁰ De modo mais amplo, os objetivos principais do DIP eram os seguintes: “centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com o intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo” (BELOCH; ABREU, 1984, p. 1.831).

¹¹ Procurando fazer distinção entre os papéis que cada uma dessas duas revistas possuía dentro do projeto ideológico do regime, Velloso disse o seguinte: “enquanto *Cultura Política* se propõe a ‘definir’ e/ou ‘esclarecer’ o rumo das transformações político-sociais, fornecendo as coordenadas do discurso, a *Ciência Política* se autoconfigura enquanto ‘escola de patriotismo’ voltada para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo” (VELLOSO, 1982, p. 76).

¹² Sobre a figura de Almir de Andrade, consultar, de Lúcia Lippi Oliveira, *Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade* (1982), bem como o verbete sobre ele no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* e seus depoimentos ao CPDOC (ANDRADE, 1981; 1984).

¹³ De periodicidade mensal, *Cultura Política* era uma publicação com grande distribuição, sendo, inclusive, no Rio de Janeiro e São Paulo, vendida em bancas de jornal. A sua tiragem mensal era de 3.000 cópias. A revista possuía seis seções: 1) Problemas políticos e sociais; 2) O pensamento político do Chefe de Governo; 3) A estrutura jurídico-política do Brasil; 4) A atividade governamental; 5) Textos e documentos históricos; e 6) Brasil social, intelectual e artístico.

nacionais, foi definida pelo seu diretor como um “espelho do Brasil”, uma vez que, segundo afirmou no primeiro editorial da revista,

O que somos, o que pensamos, o que realizamos em todos os setores da nossa atividade criadora – na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, nas ciências – ficará estampado nestas páginas [da *Cultura Política*], através do depoimento de todas as gerações que hoje vivem, em todas as cidades e rincões do Brasil. Uns após outros esses depoimentos virão, do norte ao sul, do litoral e do centro, de velhos e moços, de gerações da República e do Império, de antes e de depois-guerra. Eles falarão pelo Brasil. Porque eles são o Brasil (ANDRADE, 1941, p. 8).

Assim, para que fosse possível cumprir com a sua missão de deixar ciente o público brasileiro das realizações governamentais nos mais diversos setores da sociedade brasileira e contribuir para a definição dos rumos que as transformações sociais e políticas deveriam tomar neste país, a revista lançou mão de um quadro de colaboradores extenso e variado, que reunia, além dos principais intelectuais doutrinadores do regime (Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Francisco Campos, Rosário Fusco e o próprio Almir de Andrade), folcloristas, historiadores, românticos, críticos literários, antropólogos e sociólogos representantes das mais diferentes tendências político-ideológicas como, por exemplo, Câmara Cascudo, Basílio de Magalhães, Prudente de Moraes Neto, Helio Viana, João Donas Filho, Gilberto Freire, Nelson Werneck Sodré, Severino Sombra, Vicente Tapajó, Graciliano Ramos, Guerreiro Ramos, entre outros. Esse fato destaca o importante papel de articulista que coube a Almir de Andrade, pois conseguiu realizar a tarefa de atrair para a revista boa parte da intelectualidade dos anos 30. Na perspectiva de Lúcia Lippi Oliveira, o sucesso da empreitada articulista de Almir de Andrade estaria associado, principalmente, ao fato de este vincular “a obra de Vargas às raízes culturais brasileiras” e de conferir ao “intelectual um papel predominante enquanto intérprete da vida nacional”, sem desconsiderar, é claro, a boa remuneração que a revista pagava aos seus colaboradores (OLIVEIRA, 1982, p. 33). Apesar de bem articulados os interesses, não se pode concluir que todos os colaboradores da revista estavam, de fato, comprometidos com o regime de governo estadonovista, conforme adverte a própria autora:

É verdade que as qualidades editoriais da revista (recursos abundantes provenientes do DIP), a programação de seções abordando diferentes aspectos da vida do país abriam espaço para contribuições “descomprometidas” com o regime. Cada seção, entretanto, vinha precedida de uma apresentação, onde se mostrava ser o progresso das artes, da ciência, da literatura uma decorrência das condições favoráveis advindas com o novo regime. O descompromisso de alguns articulistas era assim diluído no contexto da revista. Publicar na revista oficial, editada pelo DIP, era uma forma de participar da legitimação do novo regime. É exatamente essa capacidade de atrair para seu campo mesmo os opositores que merece destaque no empreendimento cultural programado e dirigido por Almir de Andrade (OLIVEIRA, 1982, p.33).

De todo modo, vale mencionar que a maioria dos membros dessa elite intelectual compartilhava de alguns pontos em comum, como (1) a “defesa de um projeto centralizador para a política brasileira” e (2) a também “defesa do papel predominante, prioritário e exclusivo das elites no processo de mudança social”, melhor dizendo, de reconstrução da nação em bases realmente nacionais (OLIVEIRA, 1982, p. 32,33). Foi consciente desse importante papel pertinente aos intelectuais que Almir de Andrade procurou direcionar os esforços intelectuais de seus colaboradores para uma recuperação do passado, ou seja, para o estudo das tradições, da religião, da raça, da língua, da memória geracional, de modo que, do passado, fosse possível resgatar elementos que pudessem representar e auxiliar na constituição do espírito de nacionalidade (VELLOSO, 1982, p. 83, 86; GOMES, 1999, p. 125, 155). Na verdade, com a intenção de estabelecer uma relação de continuidade entre a tradição e o regime político adotado pelo governo Vargas, buscavam-se no passado subsídios para corroborar a tese de que o Esta-

do Novo era espécie de entidade que incorporava o verdadeiro espírito nacional; este que, na opinião de Ângela Gomes, ganhava os contornos de um “construto”, recuperado e criado pelos principais intelectuais afinados com o projeto do Estado Novo, com a finalidade de justificar a figura de Vargas e o seu regime de governo (GOMES, 1999, p. 140).

Em consonância com esse projeto, a literatura foi tomada como um documento ou registro do “ser” nacional e, por conseguinte, transformada em uma abundante fonte de pesquisa, não apenas para informar qual seria o “espírito brasileiro”, mas também para nos dizer do “espírito americano”. Assim, tomando a seu encargo a tarefa de reconstruir a história literária, a revista Cultura Política fez coincidir, na linha dos nativistas, dos românticos, dos realistas e dos modernistas, mas com novas nuances, literatura e política (VELLOSO, 1988, p. 242).

Guerreiro Ramos e a Historiografia da Literatura Brasileira

É nesta tarefa atribuída à intelectualidade – a de se voltar aos refolhos do passado para, de lá, retirar o “espírito nacional” – que podemos inserir Guerreiro Ramos. A sua presença nas páginas da Cultura Política não nos parece fortuita, embora seu posicionamento enquanto intelectual à época não lhe permitisse ocupar uma posição cêntrica, ou mesmo confrontativa, em relação ao regime de governo de Getúlio Vargas.¹⁴ Porém, não podemos negar que, com o passar do tempo, principalmente após atuar na Assessoria Econômica do segundo Governo Vargas, o nosso autor passou a nutrir grande admiração pela figura política de Getúlio, a quem dedicou o livro *Mito e verdade da revolução brasileira*, de 1963, saudando-o como “mestre do realismo político”.

Para além dos aspectos pessoais e políticos que, talvez, tenham ligado Almir de Andrade e Guerreiro Ramos, o fato é que, entre eles, havia grandes afinidades teóricas, tal como nos revela o livro *Introdução à cultura*, de autoria deste último, no qual o nome do diretor de Cultura Política figura entre os dos poucos autores brasileiros ali citados. Sintetizando essas afinidades, pode-se afirmar que tanto Guerreiro Ramos quanto Almir de Andrade: mantinham forte apreço pela noção cristã de pessoa humana, em detrimento da de indivíduo; faziam sérias ressalvas ao liberalismo, ao socialismo e ao comunismo, correntes do pensamento que, segundo eles, primavam pela hegemonia do Social e/ou Estado sobre a pessoa humana; e, sob influência da vertente culturalista alemã, ambos utilizavam as categorias de cultura e de civilização para avaliar o processo de transformação das sociedades.¹⁵ Algumas dessas afinidades teóricas que Guerreiro Ramos mantinha com Almir de Andrade manifestam-se claramente em seus ensaios sobre literatura latino-americana.

A literatura e o sentimento de americanidade

No parágrafo escrito para apresentar Guerreiro Ramos como o novo colaborador da revista, Rosário Fusco escreveu:

¹⁴ Os termos pertencem ao próprio Guerreiro Ramos que, em 1980, durante seminário sobre A Revolução de 30, analisou a intelectualidade brasileira dos anos 30, tendo a “configuração do poder como referente dos diversos posicionamentos dos intelectuais do período” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p. 530). Assim, para o autor, teríamos, como (a) intelectuais cêntricos ou totalmente comprometidos com o regime: Francisco Campos, Gustavo Capanema, Lindolfo Collor, Agamenon Magalhães, Oliveira Viana e Azevedo Amaral; como (b) intelectuais independentes, ou seja, que procuravam uma posição de analistas imparciais do regime: Gilberto Amado, Martins de Almeida, Virgílio Santa Rosa, Caio Prado Júnior e Nestor Duarte; como (c) intelectuais confrontivos ou adversários do regime: Luís Carlos Prestes, Otávio Mangabeira, Aparício Toreli, além de outros (VELLOSO, 1988, p. 537).

¹⁵ Para mais detalhes desta afinidade de pensamento entre Almir de Andrade e Guerreiro Ramos, consultar Azevêdo (2006)

Entre o movimento literário e intelectual do Brasil e o de toda América Latina há profunda afinidade. Os povos latino-americanos comungam em certos ideais comuns, em tendências sociais e culturais, que lhes emprestam a todos um mesmo espírito de solidariedade continental. A secção de “Literatura Latino-Americana”, que inauguramos neste número, se ajusta admiravelmente à expressão do movimento intelectual do Brasil, que se integra no todo maior da evolução cultural da América Latina. Iremos procurar os pontos comuns que nos aproximam, aquele “sentimento de americanidade” que está presente em todas as literaturas luso e hispano-americanas. Foi confiada esta secção a um escritor e professor da nova geração, técnico da Diretoria de Cultura e Divulgação da Baía, *jornalista, ensaísta e poeta* ... (CULTURA POLÍTICA, 1941, p. 274) (grifos nossos).

Note-se, aqui, o fato de Guerreiro Ramos, em vias de terminar o curso de Ciências Sociais, ser apresentado aos leitores da revista como “jornalista, ensaísta e poeta”, o que realmente melhor correspondia à própria imagem que ele fazia de si e às suas aspirações pessoais. Segundo José Arthur Rios, que foi seu contemporâneo no curso de ciências sociais da Universidade do Brasil, de fato, quando estudante naquela universidade, “Guerreiro não cogitava especialmente da sociologia mais do que para as necessidades do curso. Caracterizava-se mais (...) como poeta, ensaísta de preocupações largamente humanistas” (RIOS, 1983, p. 121).

Os textos de Guerreiro Ramos apareceram publicados na seção “Brasil social, intelectual e artístico”, cuja finalidade seria “mostrar a nova realidade nacional, marcada por novas formas de ordenamento social, oriundas das práticas e estímulos do novo regime” (LOSSO, 2006, p. 92). Em seu primeiro texto publicado na revista, o escritor baiano procurou destacar dois pontos. O primeiro deles estava vinculado, de certo modo, à legitimação de sua presença entre os integrantes da elite intelectual escolhida por Almir de Andrade para contribuir, seja direta ou indiretamente, com os propósitos do projeto ideológico do Estado Novo, uma vez que seus estudos sobre a literatura latino-americana corroboravam a operacionalidade da crença que sustentava a linha ideológica da reconstrução nacional getulista. Tal crença baseava-se num suposto realismo político de caráter nacional que, tomado como o avesso daquele “idealismo utópico” denunciado por Oliveira Vianna (1939), conferia a cada povo a capacidade de construir suas próprias instituições “sobre bases argamassadas com argila da nossa realidade viva, da nossa realidade social, da nossa realidade nacional”, das nossas tradições, em suma (VIANNA, 1939, cap. XIV). A recuperação dessa tradição passaria, necessariamente, pela literatura. Daí a importância de uma seção da revista dedicada à análise da produção literária latino-americana:

Numa revista de cultura política, como esta, que quer ser uma pesquisa incessante das linhas mestras da nação em todos os setores da cultura e um esforço de penetração em busca do sentido de nossas tradições, que quer, através dos seus quadros, espelhar a vida do país, seria uma lacuna a ausência de uma secção sobre a literatura latino-americana, um dos aspectos da atividade intelectual por onde é mais fácil o acesso à intimidade dos países irmãos (GUERREIRO RAMOS, 1941a, p. 275) (grifos nossos).

Muito embora o enfoque da revista fosse a (re)descoberta do verdadeiro Brasil, sendo o regime estadonovista aquilo que lhe corresponderia em termos políticos e administrativo, este enfoque não poderia renunciar a compreender o país, em termos de afinidades e diferenças, em seu contexto cultural maior: a América. “O Brasil”, afirmou Guerreiro Ramos, “não se pode dissociar do continente americano” (GUERREIRO RAMOS, 1941a, p. 275). É exatamente em tal questão contextual que reside o segundo ponto destacado pelo autor, qual seja, o de que o momento “atual” no mundo conferia ao continente americano a oportunidade de exercer o papel de protagonista na constituição de um “novo mundo”. Esse ponto possui importância, porque o protagonismo da América implicava no protagonismo

brasileiro, o que, em outras palavras, era o mesmo que destacar o papel que o Estado Novo atribuía a si no âmbito continental.¹⁶

A alusão de Guerreiro Ramos (1941a, p. 274) a esse momento americano justificava-se porque, contrariamente à Europa que ruía com a Segunda Grande Guerra Mundial, a América era “uma comunidade histórica mais viva”, pujante e orgânica e que, naquele momento histórico, encontrava-se em melhores condições para patrocinar a “comunhão” entre seus “diversos povos” e liderar a construção de um mundo novo. Mas por não ser um continente ainda devidamente integrado, tanto política quanto culturalmente, a América, para firmar-se como protagonista histórico, deveria buscar no “sentimento de americanidade” o amálgama necessário para a sua unificação continental. O problema estava no fato de que tal “sentimento” era algo por demais “obscuro” para a maioria dos povos americanos, e isso se constituía em um grande obstáculo para a formação da unidade americana. Diante dessa condição, duas questões urgiam: primeiro, a apreensão, por parte das elites intelectuais locais, desse “sentimento”, algo já expresso nas diversas formas de manifestações culturais dos povos americanos, mas ainda não elevado ao plano da consciência coletiva, e; segundo, o agenciamento político necessário para a sua concretização nos mais variados setores, inclusive na organização social (GUERREIRO RAMOS, 1941a, p. 274).

Ora, as obras literárias, principalmente as mais recentes, eram, para nosso autor, um fértil manancial da manifestação daquele modo autêntico de ser americano. Isto porque, segundo ele, vinha ocorrendo uma mudança fundamental entre a *weltanschauung* das “gerações passadas” de escritores americanos e a das “novas gerações”. Enquanto os escritores pertencentes às gerações passadas haviam adotado uma “posição espiritual, viciosa e equívoca” de conferir à literatura “um valor absoluto”, por isso insensível aos aspectos e questões locais, as novas gerações de escritores, inversamente, caracterizavam-se, de um lado, pela riqueza e fecundidade espiritual, o que significava maior sensibilidade às cores locais de seus países, e, de outro, por conferir “à palavra escrita um valor puramente instrumental”, cuja finalidade ultrapassava a da literatura de per si, distanciando-os da postura livresca predominante nas gerações anteriores (GUERREIRO RAMOS, 1941d, p. 284, 286). Logo, se no passado imperou sobre os intelectuais o dever de “conservar-se distanciados da política”, no presente urgia “fazer a literatura [e a ciência] colaborar com a política, numa obra de construção social”, sendo seu dever cooperar para o processo de tomada de consciência e de construção da identidade nacional (GUERREIRO RAMOS, 1941g, p. 398, 399).

A necessidade de um método historiográfico adequado

Mas como levar a efeito um estudo sobre a história literária, dessa natureza e proporção que não tendesse para uma compreensão isolada e parcial, portanto cindida com a totalidade do sentido de “americanidade”? Ao procurar responder a essa pergunta, e revelando, ainda que de modo embrionário, a perspectiva pessoal que posteriormente empregaria à sua sociologia, Guerreiro Ramos procurou expor como levaria a efeito seu estudo historiográfico da literatura latinoamericana, destacando a importância que teriam, na concretização desse objetivo, a utilização dos “métodos sociológicos” de pesquisa e a eleição do critério político na classificação das obras e dos períodos literários. Nas palavras do autor, temos:

Nas futuras crônicas dêste lugar, será sempre considerado que o Brasil não se pode dissociar do continente americano, que exploraremos os planos da litera-

¹⁶ Não era esta a primeira vez que o autor aludia a tal fato. A “oportunidade” americana já havia sido mencionada há dois anos atrás, em seu livro de 1939, na mesma linha argumentativa do filósofo francês Jacques Maritain, com quem o escritor baiano manteve contatos pessoais e tinha muita admiração e afinidades de pensamento. No entanto, a oportunidade de a América protagonizar o novo não fora expressa, no contexto de vida de Guerreiro Ramos, tendo como referência o Estado Novo, mas, por um lado, a sua participação no Integralismo e, por outro, o seu engajamento com o movimento personalista francês.

tura latino-americana, ora apresentando uma visão de conjunto sobre um período, uma época, ora estudando, especialmente, personalidades cujas obras sejam portadoras da teluricidade, da nota continental que nos interessa.

Ser-nos-á fácil, numa espécie de método comparado, *aproximar a evolução literária americana da formação nacional* e encontrar, em uma e outra, pontos de contato que revelem uma semelhança de fisionomia histórica e social...

Muito de nosso interesse [...] será dirigido para os atuais poetas, romancistas, novelistas, sociólogos e filósofos que, como no Brasil, estão dando às literaturas de seus países uma individualidade, enriquecendo-as de obras de ambição genuinamente nacionais (GUERREIRO RAMOS, 1941a, p. 275) (grifos nossos).

Na correlação necessária entre “evolução literária” e “formação nacional e social”, estaria o mote principal de sua abordagem metodológica. Não havia aqui ineditismo, obviamente, pois, como visto, o próprio Silvio Romero já apontara esse aspecto. No entanto, vale a pena destacar o fato de Guerreiro Ramos narrar, com certa surpresa, a descoberta de pontos em comum entre a sua forma de pensar a formação literária dos países colonizados e a que encontrou no livro *Música do Brasil*, de Mário de Andrade, publicado naquele ano de 1941:

Lendo, há dias, um agudo ensaio de Mário de Andrade sobre a música no Brasil, lá encontrei, aplicada àquela arte, *uma observação que sempre nos norteara nos estudos sobre a formação literária nacional em que estamos trabalhando*. Diz o escritor paulista que a música brasileira, aliás como toda a música americana, tem um drama particular que é preciso compreender para comprehendê-la. Ela não teve [...] essa felicidade que tiveram as mais antigas escolas musicais européias, bem como as musicas das grandes civilizações asiáticas, de um desenvolvimento por assim dizer inconsciente, ou pelo menos, mais livre de preocupações quanto à sua afirmação nacional e social. Fenômenos, aliás, que se observa “com freqüência nas civilizações de empréstimo, mais ou menos desenvolvidas artificialmente e à força, como é o caso de nossas civilizações americanas” (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 299) (grifos nossos).

O que Mário de Andrade observou em relação à música, Guerreiro Ramos tinha como princípio analítico fundamental para a compreensão não somente da formação da literatura nacional, mas de “todos os setores da arte e ao próprio processo de nossa cultura” (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 299), principalmente porque tomara a nação como plano analítico. Ou seja, o estudo da formação literária brasileira não poderia ser feito vis a vis o processo de formação que sofreu a literatura européia. O seu desenvolvimento estaria, necessariamente, calcado no próprio processo de desenvolvimento da identidade do país. O mesmo poderia ser estendido aos outros países do continente latinoamericano.

Mas associar literatura e política não esgotava todos os aspectos envoltos na questão metodológica da historiografia literária, pois se tratava, na verdade, de uma premissa investigativa pertencente à linhagem sociológica da crítica literária brasileira, em especial a de Silvio Romero. Assim, Guerreiro Ramos fez destaque a aspectos epistemo-metodológicos importantes para a apreensão do “sentimento de americanidade” nas obras literária. São eles: primeiro, o “sentimento de americanidade” não seria induzido a partir do simples arrolamento de textos ou mesmo de um “inventário” dos “documentos escritos de um povo”, mas da apreensão de “um modo de ser” coletivo que determinadas obras expressavam (GUERREIRO RAMOS, 1941b, p. 246); segundo, esse “modo de ser” estaria estampado somente naquelas obras literárias realmente nacionais, isto é, que fossem resultado do exercício da inteligência de homens vinculados à terra, de homens que sentiam os anseios do povo, suas concepções de vida, o espírito da cultura, porque eram eles que, de fato, entravam em intimidade com o sentimento do povo; e terceiro, a tarefa de apreensão desse “modo de ser” não poderia ser feita por qualquer pessoa, mas somente por verdadeiros intelectuais (gênios, poetas, ar-

tistas), pois que apenas estes possuíam capacidade para conhecer o ser das coisas, no caso, o espírito da nação que estava a se formar.¹⁷

Consoante com as considerações acima, o autor delimitou o que seria uma obra literária autenticamente nacional, estabelecendo as seguintes diferenças:

- I) A literatura dos espanhóis na América e dos cronistas portugueses, no caso do Brasil, só nos interessa como *documento puramente histórico*. Procurando-se na literatura o espírito da cultura, (no sentido germânico do vocabulário), as obras dos autores espanhóis e portugueses da conquista e da colônia pertencem literalmente aos países de origem. Assim, um Gonzalo Jimenez de Quesada é menos um escritor colombiano do que espanhol. Na vida colombiana é um mero acidente. Si o seu navio tivesse dado nas costas da China e lá escrevesse um livro, não deveria ser considerado, por isso, escritor chinês.
- II) A literatura dos escritores nacionais que *assimilaram o espírito da metrópole* é alguma coisa falsa, híbrida, que, muitas vezes, tráí a nossa realidade em vez de representar um esforço para exprimí-la. Tal literatura é pura vistuosidade, um sofisma.
- III) As literaturas nacionais começam com o aparecimento do *espírito criador*, dos homens que escreveram por vocação e que se ligaram à terra, não só pela inteligência, mas sobretudo, pelo sangue, pela “paixão” (GUERREIRO RAMOS, 1941b, p. 247) (grifos nossos).

Esta delimitação apontava para aquilo que seria primário e o que seria secundário, em termos de autor e obra a serem analisados. Com isso, os livros dos primeiros literatos do continente americano, via de regra considerados marcos da literatura brasileira e, consoantemente, tidos como fontes fundamentais para a historiografia literária, na opinião de Guerreiro Ramos, deveriam ser utilizados como material subsidiário. Atribuir-lhes o status de obra americana ou nacional seria um equívoco, uma vez que seus autores, tanto espiritual quanto cognitivamente, eram europeus, e não americanos. O fato de suas obras terem sido redigidas em terras americanas não significava dizer que elas estariam impregnadas pelo sentimento ou pelo espírito da cultura local. Este aspecto tinha relevância para a constituição de um projeto que visasse contar a história da literatura latinoamericana. Segundo Guerreiro Ramos, por não atentarem para este detalhe, era comum entre os historiadores da literatura latinoamericana a adoção de um parâmetro “excessivamente formalista” nas análises historiográficas (GUERREIRO RAMOS, 1941b, p. 246). Ou seja, por não levarem em conta este “critério psicológico”, confundiam “o essencial com o acidental”, deixando de perceber a distinção entre três planos analíticos fundamentais, a saber, a literatura alienada, a literatura ilustrada ou livresca e a literatura autêntica ou nacional.

Diante dessas críticas, Guerreiro Ramos (1941a, p. 275) passa a defender uma categorização adequada ao estudo histórico da literatura americana, isto é, uma classificação que levava em conta a relação íntima entre cultura literária e a constituição política de uma nação, e, para tanto, fez uso do conceito de etapa. Assim, havíamos tido em nossa história literária, primeiramente, a *etapa colonial*, cujas principais contribuições encontravam-se sob a forma de sermão, crônica e elegia; depois, a *etapa romântica*, cuja importância não era estritamente literária,

¹⁷ À luz desses elementos, pode-se observar um veio aristocrático próprio de Guerreiro Ramos, este já sendo perceptível em seus escritos dos anos 30, e mesmo em seus textos dos anos 50 e 60. Em seu livro de 1939, por exemplo, quando menciona a cultura como a “medida comum” de um povo, cuja apreensão e expressão simbólica e conceitual seria uma atividade levada a cabo “pelos indivíduos dotados de certo grau de inteligência, pelos artistas, pelos gênios”, é essa faceta elitista que ele quer destacar (GUERREIRO RAMOS, 1939, p. 14) (destaque no original). As massas são desprovidas da capacidade de conhecer a si mesmas: “só os gênios ou os artistas e, sobretudo, os poetas poderão estilizar os valores reais que as massas contêm” (GUERREIRO RAMOS, 1939, p. 14). Apesar de próprio, vale lembrar aquilo que foi dito anteriormente: os membros da elite intelectual dos anos 30 atribuíam a si próprios um papel preponderante e exclusivo na condução das mudanças sociais, dando o “nível de ignorância” e o “despreparo” das massas para levar adiante modificações da envergadura que consideravam necessárias ao país (OLIVEIRA, 1982, p. 32).

"mas também política e até filosófica, sob cuja influência as nacionalidades americanas tomaram consciência de si mesmas e começou, em literatura, a experiência afetiva da terra"; e, por último, a *etapa contemporânea*, que devido ao conteúdo trabalhado, confirmavam que a América já havia encontrado "suas formas genuínas para dizer-se", dado o grau de originalidade que os escritores estavam atestando em seus escritos e as pretensões de atribuir ao que escreviam um valor instrumental, configurador de uma realidade nacional singular.¹⁸

À luz dessa tipologia, o uso de categorias analíticas estrangeiras para se entender o processo formativo da literatura americana tornava-se inadequado, pois que categorias transplantadas de outros contextos sócioculturais não encontravam correspondência com a realidade latinoamericana. Essa observação o fez afirmar que "a divisão da história das literaturas americanas em períodos que coincidem com os da história das literaturas europeias é uma prática sem fundamento", pois uma literatura em *status nascendi* como a nossa não poderia, sob hipótese alguma, produzir obras clássicas: "a América não pode ter tido ainda um período clássico em sua vida intelectual, rigorosamente falando. Seria ir contra a natureza dos fatos (...) pretender o impossível: reproduzir os clássicos" (GUERREIRO RAMOS, 1941c, p. 280).

Dessa perspectiva é que Guerreiro Ramos apontará a dualidade básica que afirmava ter as nações que passaram por um processo de colonização, e sobre a qual viria a estabelecer os ancoradouros de suas análises da história das idéias sociológicas no Brasil: a coexistência de valores autóctones e de valores coloniais, que subiaziam como pressupostos discursivos e como práticas sociológicas.¹⁹

Pois bem, do ponto de vista sociológico, a formação e o processo das culturas americanas têm sido dramáticos, nisto que representam a luta de duas correntes psíquicas, nem sempre complementares, como quer Antenor Orrego, mas antagonistas. Trata-se de um conflito de valores de cultura. Os dois personagens do drama americano são os valores *autóctones* (constituído pelo repertório de idéias, noções, conceitos e habilidades técnicas do índio e do mestiço de sangue indígena) e os *valores coloniais* que são os mesmos europeus adaptados às contingências americanas. A dinâmica de nossas civilizações consiste nas desencontradas manifestações de duas mentalidades que coexistem nelas. Sociologicamente, a Colônia ainda não terminou. A mentalidade dos povos americanos ainda é tipicamente colonial (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 299) (grifos nossos).

A distinção entre valores autóctones e valores coloniais era tida pelo autor como uma das mais importantes delimitações sociológicas daquele momento histórico e a sua adoção punha à mostra muito do caráter ideológico da própria sociologia em vigor, entre os quais o de analisar as sociedades "sob um critério ocidentalizante de civilização". Segundo Guerreiro Ramos, os estudos sobre an-

¹⁸ Vale dizer que Guerreiro Ramos não tomava tais categorias como estanques ou isoladas: "é que as épocas não se separam em compartimentos estanques. Elas se interpenetram e em cada uma coexistem elementos das que ficaram cronologicamente para traz" (GUERREIRO RAMOS, 1941d, p. 285).

¹⁹ Neste ponto, grande destaque foi dado pelo nosso autor ao estudo de Natalício Gonzalez sobre o Paraguai, *Proceso y formación de la cultura paraguaya*. Desse livro, Guerreiro Ramos extraiu a seguinte passagem, por sinal muito elucidativa em termos de suas concordâncias de pensamento: "os valores coloniais sejam utilitários ou ideais, são aqueles que carecem de toda conexão com a terra que invadem. Aparecem como intrusos e senhores no ambiente onde se os reverenciam. Seu predomínio em um país cria a mentalidade colonial, o culto do poder opressor que vem de fora. Na ordem intelectual dificultam e tergiversam a livre manifestação do pensamento autóctone e dão nascimento a corredores do pensamento europeu, aos sociólogos que repetem em castelhano as lições do professor francês ou alemão, ao historiador que procura acomodar o arquétipo europeu ao homem americano, ao poeta ou novelista que se esforça por ser o mais inglês ou o mais russo possível em suas produções. Na ordem política dão lugar à cópia frenética de constituições e leis de povos longínquos e diferentes, sem possível aplicação à sociedade americana. E na ordem econômica facilitam a conquista imperial, mediante a entrega das fontes básicas das riquezas naturais e da direção das finanças às empresas estrangeiras, que asseguram a perpetuidade de seus privilégios, comprando, graças à venalidade dos governantes, o domínio político do Estado. Toda América sofre a reverência dos valores coloniais que predominam sem contrapeso nestes países, incubando uma série de trágicos problemas..." (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 300-301) (grifos nossos).

tropologia cultural da época já forneciam indícios suficientes para que se pudesse afirmar que a “civilização ocidental” seria “uma forma entre muitas”, ou seja, “não existe a civilização ou uma civilização modelar”, mas “civilizações”: “... é cada vez mais empolgante, a idéia de que a cada sociedade humana corresponde um ciclo cultural com suas próprias leis e ritmos de evolução próprios”, o que fazia cair em descrédito o critério corrente de ocidentalização das civilizações (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 301).²⁰

A Colônia – e neste momento Guerreiro Ramos amplia a categoria analítica anterior, acima descrita – não poderia ser entendida apenas como uma “fase histórica” que possui um começo e um fim, mas, sobretudo, como “um estado de fato psico-social, um verdadeiro complexo coletivo que consiste na consciência de uma inferioridade diante do estrangeiro” (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 299, 300). Neste sentido, e recorrendo a Alberto Torres em *O problema nacional brasileiro*, seria errada, para o escritor baiano, a suposição do desaparecimento da Colônia, no Brasil e em outros países da América, seja em razão da fundação do império, seja devido à instituição da república. Um estado de espírito, podemos dizer com ele, não desaparece por decretos. Era exatamente para este acontecimento que ele chamava a atenção:

Se em literatura, por exemplo, o que caracteriza a Colônia é o *formalismo* [...], ou na frase de um arguto ensaísta paraguaio, o *simietismo intelectual*, o culto da forma cristalizada de uma cultura que não é a nossa, tal tendência continua muito forte e presente em nosso temperamento para ser negligenciada. Ainda sofremos daquela vergonha de ser que levava os americanos de nossos primeiros séculos a se esconderem nas locas de sua alma. O granfino de nossas capitais é o legítimo símilde dos botocudos basbaques diante do estranho europeu que lhe desbrenhava as matas. Somos muito postiços para pretender uma autonomia intelectual. [...] Quase poderíamos dizer que, na América, *as nações existem em estado de direito e não em estado de fato*, uma vez que à nossa independência histórica não corresponde uma independência psico-social, por assim dizer (GUERREIRO RAMOS, 1941e, p. 300) (grifos nossos).

Esse colonialismo epistêmico, se assim podemos nomeá-lo àquele tempo, exigia a sua superação e, com ela, a colocação de nossos problemas sob a perspectiva que nos seria própria. Este era o caso, por exemplo, do índio, nosso elemento originalmente autóctone, que vinha sendo explorado na literatura como objeto e não exatamente como um sujeito que exige suas questões político-sociais. Enquanto objeto, o índio é um sujeito inanimado, um fato pitoresco, estudado por recortes que, em determinado momento, interessam seus costumes, em outro, suas lendas e, em outro ainda, seus objetos de uso. A posição que lhe atribuíam era sempre a de assimilador, de conquistado, e nunca a de conquistador ou a de parte realmente “integrante da nacionalidade”. Mas, segundo o autor, se fossemos capazes de nos desnudar do já naturalizado olhar de colonizador, veríamos o índio como um ser vivente e integral, como um “problema vivo” que tem conferido à literatura que a ele se refere um “sentido político”, não somente aqui no Brasil, mas em boa parte da América espanhola (GUERREIRO RAMOS, 1941g, p. 400). Tal literatura – e aqui o autor pauta-se exclusivamente nos livros de Antonio Garcia (*Passado y presente del índio*) e de Cometta Manzoni (*El índio em la poesía de Américo española*) – destaca facetas da questão indígena ignoradas pela literatura livresca ou ilustrada, quais sejam:

- 1 – a da racionalização, que compreende a orientação técnica e a adaptação da comunidade indígena às modernas condições do mercado;
- 2 – a da integração nacional, que consiste nas medidas de ordem política e

²⁰ Como se pode perceber, aqui já é possível notar em seus escritos uma tendência para o tratamento das realidades nacionais em uma perspectiva pluralista e multicêntrica, tal como encontraremos em suas proposições de maturidade. Especificamente esta passagem encontrará reflexos em seu artigo “A modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo de possibilidades”, publicado em 1967.

docente, para a incorporação do índio à vida nacional, sem destruir suas características nem sua tradição comunal;

3 – a da proteção ativa, que se relaciona com a provisão de créditos em instrumental e espécies agrícolas (com um absoluto caráter de serviço social), e não com as simples “medidas legais de defesa” (GUERREIRO RAMOS, 1941g, p. 402).

É importante destacar que esse sétimo ensaio escrito por Guerreiro Ramos (1941g), cujo tema mestre é a função política da literatura, vem precedido de um breve resumo, este muito provavelmente, escrito por Rosário Fusco, no qual o índio é apontado como “formador de uma consciência nacional” e, ao mesmo tempo, como um “patrimônio comum” da América. Paralelamente, Fusco faz questão de destacar que o governo federal, atento à importância do indígena, colocou em operação o Serviço de Proteção aos Índios, com a intenção de “salvaguardar aquele povo coevo dos nossos descobridores e, ao mesmo tempo, trazê-lo à civilização, de um modo humano e racional” (GUERREIRO RAMOS, 1941g, p. 398). Este parece ser o principal ponto de interesse, por parte do Estado Novo, dos estudos de Guerreiro Ramos sobre a literatura latinoamericana. Este também foi o último ensaio de Guerreiro Ramos sobre literatura latino-americana na revista *Cultura Política*.

À Guisa de Conclusão

O projeto guerreiriano de elaboração de uma história da literatura latinoamericana acabou não sendo finalizado. Seu último texto na revista *Cultura Política* foi publicado em novembro de 1941. Não se sabe bem ao certo o(s) motivo(s) que o levou a abortar seu plano, dado que a revista continuou sendo editada até o mês de outubro de 1945. Talvez o que explique essa descontinuidade de propósito seja a própria trajetória pessoal de Guerreiro Ramos que, em 1942, mergulhou em uma profunda crise existencial; crise esta que o fez desistir do plano de fazer carreira como poeta no Rio de Janeiro, enveredando, deste modo, para a carreira de cientista social. Aliás, com o término do curso de Ciências Sociais naquele ano, ele deveria retornar para o seu estado e reassumir o posto de Auxiliar Técnico da Diretoria de Cultura e Divulgação, já que o governo baiano lhe concedera uma bolsa de estudos. No entanto, dada a mudança na interventoria do estado da Bahia²¹, ele foi exonerado, e a sua permanência no Rio de Janeiro passou a ser definitiva. Nesta condição, e sem dinheiro para sobreviver, Guerreiro Ramos entra em liquidação interior. Em 1943, tentou ingressar no quadro de professores da Faculdade Nacional de Filosofia, onde, com o retorno de muitos professores franceses para a França, vagaram algumas cadeiras. Foi indicado para assumir duas delas, a de sociologia e a de ciência política, mas foi preterido, na primeira, por L.A. Costa Pinto e, na segunda, por Vítor Nunes Leal.²² Como forma de compensá-lo, San Tiago Dantas, seu amigo pessoal, e, à época, no exercício do cargo de Diretor da faculdade, ofereceu-lhe trabalho no Departamento Nacional da Criança (DNCr), onde lecionou cursos sobre puericultura, tendo também sido nomeado, interimamente, para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), quanto então a temática administrativa passou a lhe atrair com maior força (BARIANI Jr., 2003).

Apesar de inconclusos, não se pode dizer que daqueles estudos literários não tenham restado importantes configurações no pensamento sociológico pos-

²¹ Landulpho Alves, que havia sido nomeado interventor do estado em 28 de março de 1938, em substituição ao Coronel Antônio Fernando Dantas, afastou-se do cargo em 23 de novembro de 1942, e nomeado para o seu lugar foi o Comandante Militar Renato Onofre Pinto Aleixo que, no dia 4 de dezembro de 1942, fez publicar um decreto no Diário Oficial do estado da Bahia, no qual exonerava Guerreiro Ramos, muito em razão de suas relações com pessoas próximas ao ex-interventor.

²² Segundo Guerreiro Ramos, o motivo de ele não ter assumido nenhuma dessas cadeiras deu-se em razão de sua militância, quando jovem, no integralismo (GUERREIRO RAMOS, 1985, pp. 11-12).

terior de Guerreiro Ramos. Ousamos dizer que a própria concepção de redução sociológica fora lá gestada, antes mesmo do autor ter contato com a fenomenologia husserliana ou heideggeriana.²³ Tal afirmativa não implica dizer que tudo o que compõe a proposta redutora seja, definitivamente, devedor daqueles ensaios da *Cultura Política*. Isso seria, de nossa parte, uma imprudência. No entanto, é possível, no âmbito desses delineamentos conclusivos, traçar algumas possíveis implicações das idéias contidas nesses ensaios para a proposta guerreiriana de redução sociológica.

A primeira dessas implicações diz respeito à sua concepção de sujeito epistêmico, da qual ele não se distanciou demasiadamente, mesmo em seus trabalhos de maturidade. Desde sua juventude na Bahia, o autor cultivava e expressava em seus trabalhos a insistente defesa da indispensabilidade do acordo entre o pensamento e a ação, entre existência e pensamento. É nessa linha que se insere sua diferenciação entre o *verdadeiro intelectual* e o *intelectual ilustrado* ou *livresco* (GUERREIRO RAMOS, 1941d), levada a efeito nos textos sobre literatura latinoamericana, ou entre a *sociologia* (ou saber) *em hábito* e a *sociologia* (ou saber) *em ato*, sacramentada na segunda edição de *A redução sociológica* (1965). Tanto nesta quanto naquela obra, a problemática apontada é sempre a mesma: a condenação do saber alienado e a defesa do saber engajado.²⁴ Tratava-se, na verdade, não de uma mera proposição protocolar, mas, principalmente, de uma convicção pessoal, sobre a qual Guerreiro Ramos procurou pautar a sua própria trajetória intelectual, tal como evidenciam suas pesquisas e estudos realizados ao longo dos anos 40 e 50 sobre puericultura, orçamento familiar, padrão de vida, pobreza, mortalidade infantil, medicina popular, administração pública, seus trabalhos e a sua participação efetiva junto ao Teatro Experimental do Negro (TEN), no Grupo de Itatiaia, no ISEB, e mesmo sua curta trajetória parlamentar. O maior reflexo dessa postura pode ser encontrada na primeira lei da redução sociológica, qual seja, a lei do comprometimento, que foi enunciada pelo autor nos seguintes termos: “nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente poderiam ocorrer ao cientista social que tivesse adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 112, 119) (destaques no original).

²³ A propósito, está para ser feito um estudo que venha a caracterizar adequadamente a apropriação da fenomenologia por Guerreiro Ramos. A afirmação de que ele foi um “fenomenólogo crítico” (FARIA, 2009, p. 421) é equivocada e não corresponde à sua formação intelectual e postura de investigador. A resposta a essa acusação ele próprio já havia feito no prefácio à segunda edição d’*A redução sociológica* (1965), onde responde à crítica que lhe direcionou Jacob Gorender. Reafirmando: a fenomenologia não foi, para Guerreiro Ramos, “fundamental” (FARIA, 2009, p. 432), mas, sim, subsidiária. Ele jamais deixou de considerá-la como um tipo de conhecimento datado e de “função propedêutica” (GUERREIRO RAMOS, 1965; 1970, p. 14). Ele tinha consciência do fato de que a ciência social estava repleta de desafios, os quais exigiam bem mais do que a fenomenologia era capaz de oferecer. Para ele, o cientista social, desde que tivesse alcançado o seu estado de “maturidade” intelectual, deveria empenhar-se na “superação da fenomenologia stricto sensu” e, deste modo, renunciá-la, almejando “encontrar e exprimir o seu conteúdo conceitual” de maneira idiossincrática, bem como os “procedimentos operacionais ad hoc”, capazes de auxiliá-lo a “transformar” as múltiplas realidades às quais estaria exposto (GUERREIRO RAMOS, 1970, p. 14). Caberia, portanto, à ciência social, caso efetivamente pretendesse “manter sua integridade conceitual e metodológica”, ser “pós-fenomenológica” (GUERREIRO RAMOS, 1970, p. 15).

²⁴ A distinção entre *sociologia em hábito* e *sociologia em ato* está no cerne de uma das maiores contendases que Guerreiro Ramos manteve com outro intelectual, no caso Florestan Fernandes. A respeito deste embate, consultar, principalmente: Ortiz (1990), Guanabara (1992), Vianna (1994), Oliveira (1995), Arruda (1995), Matos (1996), Maio (1997), Bariani Jr. (2003), Hecksher (2004) e Martins (2008). A título elucidativo, convém dizer que a *sociologia em ato* exigiria do sociólogo extrapolar a mera alfabetização sociológica (*sociologia em hábito*), reclamando deste uma atitude crítico-assimilativa frente às idéias, teorias e experiências estrangeiras, a fim de que pudesse elaborar um saber criativo e voltado para o melhoramento da realidade com a qual ele se identificava. O teor da postura do sociólogo que pratica a *sociologia em ato*, portanto, é, imperativamente, pragmático-crítica, uma vez que, para o nosso autor, essa vinculação, esse engajamento ou compromisso consciente do sociólogo com o seu contexto o possibilitaria produzir uma *sociologia autêntica* e, por conseguinte, a manter-se fiel a si mesmo. Sem a existência de tais vínculos, disse Guerreiro Ramos, a *sociologia* nada mais seria do que “uma atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf” (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 79).

Corolário desta fidelidade à realidade imediata é a atitude intelectual crítico-assimilativa que ele procurou destacar em seu método historiográfico da literatura. Esta que se refletirá no primeiro sentido atribuído à redução sociológica, ou seja, desta enquanto “assimilação crítica da produção sociológica estrangeira” (GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 16) ou, como dito anos mais tarde, enquanto “assimilação crítica da ciência e da cultura importadas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. XVI). Este ponto, dada sua importância para o autor, também foi convertido, em sua proposta metodológica, na segunda lei da redução sociológica, a lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, segundo a qual “toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 120, 130) (destaques no original), estando descartada, portanto, a sua possibilidade de servir como modelo ou paradigma para aquele que funda sua construção teórica na prática social.

A noção de etapa merece também destaque. Muito embora Guerreiro Ramos tenha utilizado tal noção de modo vinculado à idéia de evolução (ou desenvolvimento) em seus estudos sobre a literatura brasileira, cujo estágio final fazia coincidir autonomia política e autonomia estética, foi somente no final dos anos 40, início dos anos 50, quando então esteve voltado para pesquisar a mortalidade infantil no Brasil, que articulou melhor o que designou de método faseológico. O método é inspirado, principalmente, no culturalismo e no historicismo, e foi apresentado no artigo “Nota metodológica” (1951), parte constitutiva de seu livro *Sociología de la mortalidad infantil*, publicado em 1955, exclusivamente em língua espanhola.

A quarta lei da redução sociológica, a lei das fases, parece ser devedora das primeiras reflexões. Tal lei afirmava que, à luz da redução sociológica, “a razão dos problemas de uma sociedade particular era sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontrava” (GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 138, 146) (destaques no original). Esta lei “pressupõe um estilo de pensar os fenômenos sociais fundamentado no que se pode chamar de razão sociológica”, o que significava dizer que haveria “uma referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire seu exato sentido”. Essa referência básica era o que nosso sociólogo denominava “fase” (GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 129).

Vale mencionar, por fim, um último aspecto, este não necessariamente derivado dos ensaios literários de Guerreiro Ramos, mas nem por isso sem relações com eles. Em um de seus comentários sobre a poesia concreta, Haroldo de Campos, certa feita, traçou relações entre a atitude antropofágica proclamada por Oswald de Andrade e a redução sociológica (CAMPOS, 1962; 2002). Para Campos (2002, p. 27), Oswald de Andrade haveria, no plano exato da estética, “antecipado” a intuição sistematizada pelo sociólogo. Dado o fato que Guerreiro Ramos, ao final de sua vida, não nutria grande simpatia pelos Modernistas²⁵, esta tese de Campos não deixa de ser provocativa e merecedora de maiores estudos.

²⁵ É importante observar que, ao longo da produção intelectual de Guerreiro Ramos, a opinião sobre a figura de Mario de Andrade e, de certo modo, sobre o próprio Movimento Modernista, transita do elogio ao escárnio. Além da observação em tonalidade elogiosa que se percebe nesse ensaio de 1941, tem-se outra que aparece em 1953, no texto *O processo da sociologia no Brasil* (esquema de uma história de idéias), onde se lê o seguinte: “Num país em que a literatura é uma espécie de perversão coletiva, em que se confunde, quase sempre, o êxito do espírito com o êxito social, Mario de Andrade conseguiu fazer um apostolado de genuína inteligência e de genuína expressão literária, desdenhando do sucesso em que se compraz a quase totalidade dos que escrevem livros no Brasil. (...) Mario de Andrade foi quem melhor identificou a ‘inatualidade da inteligência artística brasileira’” (1953, p. 36). Após isso, a menção ao Movimento Modernista e seus principais representantes se faz presente em *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957), agora visto como “uma nova moda” (p. 32), e, já sob duras críticas, em um texto seu do início dos anos 80, onde afirma que tal movimento, mesmo tendo sido “um rompimento (...) com a mentalidade reinante, representativa da rusticidade agrária do Brasil (...), a manifestação inconformista ‘dos que almejam um Brasil mais urbano’ e de ter encorajado ‘a pesquisa das condições peculiares da formação brasileira’ e contribuído ‘para dar um teor nacional ao idioma do país’”, “foi, em certa escala, uma journée de dupés, enquanto os seus representantes exceliram numa ingênuia e exaltada importação de idéias e, ao definirem-se como modernistas, aceitaram como paradigmas de sua peripécia literária os estilos mesmos da decadência ocidental” (1983, p. 534). Por fim, em entrevista concedida ao CPDOC em 1981, não hesita em chamar Mario de Andrade e Oswald de Andrade de “pernósticos” (GUERREIRO RAMOS, 1985, p. 41).

Referências

- ANDRADE, Almir de. A evolução política e social no Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-8, março, 1941.
- _____. *Almir de Andrade (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985. 48 p.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "Escola Paulista". In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp, 1995. v. 2, p. 107-233.
- AZEVÊDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos*. 2006. 350f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- BARIANI Jr., Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias* (Florestan e Guerreiro Ramos). 2003. 115f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.
- BASTOS, Elide Rugai. A revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; FGV/ CPDOC; Finep, 1984.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- CAMPOS, Haroldo de. A poesia concreta e a realidade nacional. *Tendência*, Belo Horizonte, n. 4, p. 83-86, 1962.
- _____. Uma poética da radicalidade. In: ANDRADE, Oswald. *Pau Brasil*. 8.ed. São Paulo: Globo, 2002. p. 7-53.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993. V. II.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 167-178.
- CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI Jr., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.
- COUTINHO, Afrânio dos Santos. *A literatura no Brasil*. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2001. Volume V.
- _____. *A literatura no Brasil*. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2002a. Volume III.
- _____. *A literatura no Brasil*. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2002b. Volume IV.
- CULTURA POLÍTICA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, maio 1941.
- DAGNINO, Evelina. *State and ideology: nationalism in Brazil*. 1985. Tese PhD (Doutorado) – Stanford University, Stanford, 1985.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *O centauro maquiavélico: ideologia da revista Cultura*

Política (1941-1945). UNB, Instituto de Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, 1988.

FARIA, José Henrique. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. *Cadernos Ebape.Br*, v. 7, n. 3, artigo 3, p. 419-446, set. 2009.

FIGUEIREDO, Marcus. Cultura Política: revista teórica do Estado Novo. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 221-246, 1969.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

_____. *História e historiadores*: a política cultural do Estado Novo. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

GUANABARA, Ricardo. *Sociologia, nacionalismo e debate intelectual no Brasil Pós-45*. 1992. 79f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução à cultura* (ensaios). Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.

_____. Literatura latino-americana (I). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 274-5, mai., 1941a.

_____. Literatura latino-americana (II). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 246-8, jun., 1941b.

_____. Literatura latino-americana (III). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 280-3, jul., 1941c.

_____. Literatura latino-americana (IV). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 285-8, ago., 1941d.

_____. Literatura latino-americana (V). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 299-301, set., 1941e.

_____. Literatura latino-americana (VI). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 274-7, out., 1941f.

_____. Literatura latino-americana (VII). *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 398-402, nov., 1941g.

_____. Não. *A Ordem*, Rio de Janeiro, p. 165-169, agosto, 1937.

_____. Noturno n. 1. *A Época*, junho, 1945.

_____. O processo artístico de Rilke. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 mar., 1946a.

_____. Como nasceram as Elegias de Duino. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 31 mar., 1946b.

_____. Reflexões sobre o homem dormindo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar., 1946c.

_____. Notas sociológicas sobre a arte moderna. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 28 abr., 1946d

_____. Nota metodológica. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 85, p. 133-136, dez., 1951

_____. O processo da sociologia no Brasil (esquema de uma história de idéias). *Estudos Econômicos*, Rio de Janeiro, p. 329-360, 1953.

_____. *Sociología de la mortalidad infantil*. Traducción de Carlos H. Alba. México: Editora da UNAM, 1955

- _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- _____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.
- _____. *A redução sociológica* (introdução ao estudo da razão sociológica). 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1965
- _____. A modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo de possibilidades. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-44, 2º sem., 1967.
- _____. *A parenthetical trip (3) – the lost of innocence, or toward a post phenomenological social science*. Los Angeles, 1970. (mimeo.)
- _____. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: CPDOC. *A revolução de 30*, Seminário Internacional. Brasília: Editora da UNB, 1983. p. 527-548.
- _____. *Alberto Guerreiro Ramos (depõimento, 1981)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral. 1985. 64 p.
- _____. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.
- HECKSHER, Mário Henrique. *Guerreiro Ramos – sociólogo da sociologia nacional (um diálogo com Florestan Fernandes)*. 2004. 352f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2004.
- JAMBEIRO et al. Estratégias de controle da mídia: o caso da radiodifusão no Estado Novo – 1937/1942. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. V, n. 3, p. 124-145, sep./dic. 2003, Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 11 de novembro de 2003.
- LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteres, 1999.
- LOSSO, Tiago. *Estado Novo – discurso, instituições e práticas administrativas*. 2006. 192f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- MACHADO DE ASSIS, José M. *Crítica teatral*. Rio de Janeiro: Jackson, 1946.
- MAGALHÃES, Gonçalves. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. In: COUTINHO, Afrânio dos Santos (Org.) *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Americana/Prolivro, 1974. V. I.
- MAIO, Marcos Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 127-163, 1997.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral*: uma visão da nova ordem cristã. Tradução de Afrânio Coutinho. 4.ed. São Paulo: Dominus Editora, 1962.
- MARTINS, Tatiana Gomes. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. 2008. 230f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. V. 1.
- MATOS, Bráulio Tarcísio Porto de. Diálogo de surdos: academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. *Caderno Linhas Críticas*, Brasília, n. 3 e 4, p. 149-171, jul., 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 31-47.

_____. VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. p. 37-58.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 163-175, jul., 1990.

RIOS, José Arthur. Debate à exposição de Ubiratan Simões Rezende. *Revista de Administração Pública* (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra), Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 120-123, abr./jun., 1983.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Cultura Política e o pensamento autoritário*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960. v.1.

ROMERO, Silvio. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getulio Vargas, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VIANNA, Luiz Werneck. Introdução: em busca de um marco comparativo. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 37, n. 3, p. 357-403, 1994.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Nacional, 1939.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

Artigo recebido em 01/04/2009.

Artigo, aprovado, na sua versão final, em 06/01/2010.